ENSAIO

A dor que atravessa o tempo: exílio, cultura e a força civilizatória da memória

Primeira Parte

PEDRO MACHADO MASTROBUONO*

FOTOS: REPRODUÇÃO



Há poucos dias, assisti a uma interpretação musical que me provocou uma emoção difícil de explicar. Uma jovem japonesa, esforçando-se para cantar em português, apresentava uma versão de "Tente Outra Vez", canção lançada por Raul Seixas em 1975, composta em parceria com Paulo Coelho e Marcelo Motta.

O arranjo era diferente. A interpretação, delicada. Havia uma atenção especial às palavras, como se aquela jovem procurasse alcançar, para além de uma língua que não lhe era familiar, o significado humano daquilo que estava cantando.

Não era apenas uma apresentação musical. Havia ali alguma coisa que atravessava o tempo. A canção pertencia a outra geração, a outro país, as outras circunstâncias históricas. Não dependia mais de sua presença nas paradas de sucesso, da execução nas rádios ou do reconhecimento de seus compositores para continuar produzindo sentido.

Mais de meio século depois de seu lançamento, alguém nascido em outro universo cultural encontrava naquela obra uma maneira de expressar sentimentos humanos que não conhecem fronteiras. Pensei então numa expressão que ouvi muitas vezes, ainda menino, nas conversas de Darcy Ribeiro: força civilizatória.

Talvez uma de suas manifestações mais profundas esteja precisamente nessa capacidade de uma criação humana ultrapassar a experiência particular que a produziu e continuar oferecendo sentido a pessoas que seus autores jamais conheceram. Há, entretanto, uma circunstância histórica que torna essa cena ainda mais significativa.

Paulo Coelho, um dos autores da canção, foi preso e torturado pela ditadura militar brasileira em 1974. Décadas depois, relataria publicamente as violências sofridas, incluindo experiências de extrema brutalidade física e psicológica.

Não seria rigoroso afirmar, sem documentação específica, que "Tente Outra Vez" nasceu diretamente dessa experiência de tortura. Uma obra possui processos criativos que não podem ser reduzidos a um único acontecimento biográfico. Mas também não podemos ignorar o contexto humano e histórico em que aquela geração produzia sua arte. A experiência da perseguição, da censura, da prisão e do medo atravessou profundamente a vida de artistas, escritores, professores e intelectuais brasileiros.

E o sofrimento não se limitou aos que foram diretamente atingidos pela violência. Alcançou suas famílias. Seus filhos. Seus pais. Suas companheiras e seus companheiros. Alcançou pessoas que nunca haviam participado de qualquer decisão política, mas que passaram a carregar as consequências de decisões impostas pela força.

O exílio foi uma das expressões mais profundas dessa violência. Costumamos estudar o exílio a partir de seus protagonistas conhecidos.

Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes e tantos outros intelectuais que tiveram suas trajetórias interrompidas, suas possibilidades de atuação restringidas e, em diferentes circunstâncias, precisaram desenvolver parte de suas atividades fora do Brasil. Estudamos suas obras. Seus livros. Suas conferências.

As universidades que os acolheram. As instituições internacionais nas quais trabalharam. As redes de pesquisadores que passaram a integrar. Mas existe uma outra história, menos frequentemente examinada. A história daqueles que precisaram reconstruir a vida ao redor desses intelectuais.

O exílio não acontece apenas quando alguém atravessa uma fronteira.

Acontece quando uma criança precisa aprender a viver numa língua que ainda não compreende.

Quando uma mãe procura reorganizar a rotina de seus filhos num país desconhecido.

Quando um pai tenta restabelecer a segurança material da família depois de perder o direito de exercer livremente sua atividade profissional.

Quando as notícias do país de origem chegam acompanhadas de medo.

Quando o retorno deixa de ser uma decisão e passa a depender de acontecimentos que ninguém consegue controlar.

O exílio transforma a experiência cotidiana do pertencimento. A casa permanece existindo, mas já não está no lugar ao qual pertenciam as lembranças. As pessoas continuam vivendo, mas parte de sua história permanece distante. E o futuro, que antes podia ser imaginado dentro de certa continuidade, transforma-se numa sucessão de incertezas.

Conheço essa dor. Não apenas porque a estudei, mas porque cresci dentro dela. Minha mãe, Maria Martha, enfrentou o exílio com quatro filhos. Meu pai, Marco Antonio França Mastrobuono, havia integrado o governo de João Goulart, assim como Darcy Ribeiro.

O golpe de 1964 interrompeu projetos políticos, institucionais e intelectuais, mas também alterou definitivamente a trajetória de famílias como a nossa. Cresci em Lima, no Peru, num ambiente em que o exílio não era assunto distante, pertencente à história de outros países ou à experiência abstrata de personagens públicos. Era parte de nossa vida.

Darcy Ribeiro frequentava nossa casa. Meu pai mantinha amizade com Fernando Henrique Cardoso, que havia sido primeiro-assistente de Florestan Fernandes na Universidade de São Paulo.

Esses nomes, que mais tarde eu encontraria nos livros, nas universidades e na história do pensamento brasileiro, pertenciam também a um universo de relações humanas que conheci na infância.

E isso modifica a maneira como compreendo suas trajetórias, porque, antes de serem referências bibliográficas, eram pessoas. Pessoas que haviam perdido alguma coisa. Que precisavam trabalhar. Que sentiam saudade. Que reconstruíam vínculos. Que procuravam compreender o que acontecera com seu país e, ao mesmo tempo, encontrar maneiras de continuar vivendo.

Sou filho dessa dor.

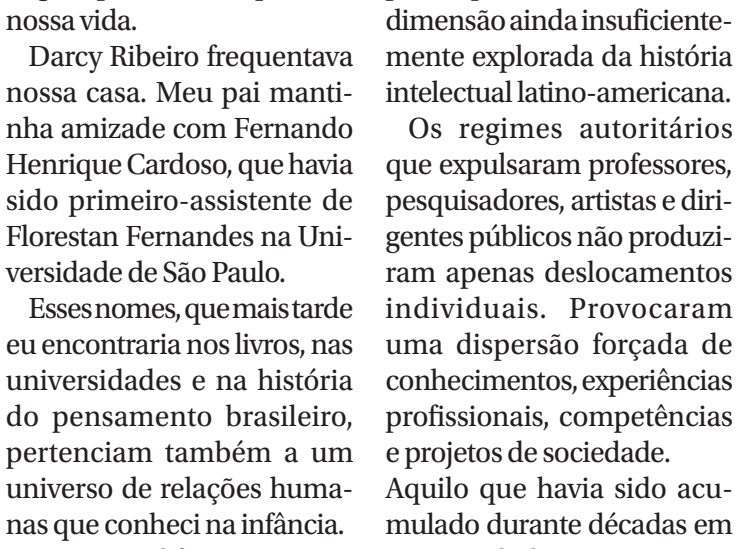
Não reivindico, com isso, qualquer superioridade interpretativa sobre aqueles que conheceram o exílio apenas por meio da pesquisa histórica. O testemunho pessoal não substitui documentos, não dispensa a investigação e tampouco permite generalizar uma experiência particular. Mas ele nos lembra de alguma coisa essencial.

O exílio não pode ser compreendido integralmente apenas pela história das ideias que nele foram produzidas. É necessário compreender também as relações humanas que permitiram que essas ideias continuassem existindo. E talvez seja nesse ponto que encontremos uma dimensão ainda insuficientemente explorada da história intelectual latino-americana.

Os regimes autoritários que expulsaram professores, pesquisadores, artistas e dirigentes públicos não produziram apenas deslocamentos individuais. Provocaram uma dispersão forçada de conhecimentos, experiências profissionais, competências e projetos de sociedade.

Aquilo que havia sido acumulado durante décadas em universidades, organismos públicos, centros de pesquisa e instituições culturais foi parcialmente afastado dos países em que poderia continuar se desenvolvendo. Outras sociedades acolheram parte desses conhecimentos.

Universidades ofereceram trabalho. Organismos internacionais abriram espaços de participação. Pesquisadores apresentaram colegas a outros pesquisadores. Famílias receberam famílias. Amizades permitiram que determinados contatos se transformassem em oportunidades de sobrevivência.



Escute a interpretação de "Tente Outra Vez", de Raul Seixas, Paulo Coelho e Marcelo Motta, pela cantora japonesa Tsubasa Imamura

Constituíram-se, assim, redes de sustentação que eram simultaneamente materiais, afetivas e intelectuais. Essas redes não se explicam apenas pela afinidade acadêmica. Em determinados casos, havia alguma coisa anterior. Um reconhecimento produzido pela experiência compartilhada da vulnerabilidade. Pessoas que haviam conhecido a perseguição compreendiam, de maneira particularmente concreta, o que significava encontrar outra pessoa privada de sua segurança, de sua estabilidade e de seu pertencimento.

Talvez possamos chamar esse fenômeno de um pacto nascido da dor.

Não um pacto formal. Não uma aliança necessariamente política. Muito menos uma solidariedade automática entre todos aqueles que sofreram.

O sofrimento também pode produzir isolamento, ressentimento e desconfiança. Mas, em determinadas circunstâncias, a experiência da violência permite reconhecer no sofrimento alheio alguma coisa que já foi experimentada pessoalmente. E desse reconhecimento pode surgir uma obrigação moral não escrita. A de oferecer ao outro aquilo que, em algum momento, também nos fez falta. Acolhimento. Trabalho. Escuta. Confiança. Uma oportunidade de continuar. É importante insistir que nada disso redime a violência que originou o exílio.

Não há mérito civilizatório na tortura. Não existe virtude histórica na perseguição. Nenhum livro escrito durante o desterro justifica a expulsão de seu autor. Nenhuma universidade criada posteriormente transforma em acontecimento necessário o sofrimento de uma família.

As realizações pertencem àqueles que conseguiram reconstruir possibilidades apesar da violência, não à violência que procurou destruí-las.

É essa distinção que nos permite compreender com maior precisão a produção intelectual dos brasileiros exilados.

Darcy Ribeiro continuou investigando as formações históricas dos povos e participou de experiências universitárias latino-americanas.

Paulo Freire aprofundou sua reflexão sobre educação, consciência e emancipação em diferentes países.

Celso Furtado prosseguiu sua interpretação das estruturas econômicas e das possibilidades de desenvolvimento das sociedades periféricas.

Florestan Fernandes, afastado compulsoriamente da universidade brasileira, continuou sua atividade intelectual no exterior e aprofundou sua crítica às estruturas sociais que restringiam a democratização do país.

Fernando Henrique Cardoso participou de ambientes acadêmicos e organismos internacionais nos quais o debate sobre dependência e desenvolvimento latino-americano adquiriu novas dimensões.

Não pensavam da mesma maneira. Não partilhavam necessariamente as mesmas respostas. Suas divergências eram reais e, por vezes, profundas.

Mas suas trajetórias revelam uma preocupação que passava por diferentes tradições intelectuais: compreender as condições históricas que limitavam a autonomia das sociedades latino-americanas e investigar caminhos para transformá-las.

A correspondência entre Darcy Ribeiro e Celso Furtado durante o exílio demonstra que essas relações não eram constituídas apenas por intercâmbios abstratos de ideias. Havia preocupações com o Brasil, com a universidade, com a possibilidade de retorno e com a continuidade de projetos interrompidos.

As ideias circulavam entre pessoas que também compartilhavam inseguranças e expectativas. O conhecimento não existia separado da vida.

**Pedro M. Mastrobuono – presidente da Fundação Memorial da América Latina, pós-doutor em Antropologia Social. Agraciado com a Comenda Câmara Cascudo do Senado, Ex-presidente do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), além de sócio-fundador e ex-presidente do Instituto Alfredo Volpi de Arte Moderna. É doutor honoris causa pela UFMS. Idealizador do Distrito Acadêmico e Científico Latino-Americano, com a cooperação entre USP, Unicamp e Unesp, bem como do Centro de Ensino Superior Darcy Ribeiro, do qual é sócio-fundador e primeiro reitor. É o homenageado deste ano pela Associação Brasileira de Críticos de Arte (ABCA), em reconhecimento à sua relevante contribuição à cultura brasileira.*

TENTE OUTRA VEZ
Tsubasa Imamura

Aponte a câmera para assistir à interpretação.
Raul Seixas, Paulo Coelho e Marcelo Motta